

A Comunicação como Fortaleza e Causa de Destruição das Reduções Jesuíticas: uma Leitura da Obra de Lugon¹

Otavio José Klein²
Universidade de Passo Fundo (UPF)
Passo Fundo - RS

Resumo

O presente texto é um estudo introdutório à comunicação nas reduções jesuíticas da América do Sul no século XVII e XVIII. Trata-se de uma tentativa de reunir elementos que contribuam para a compreensão do fenômeno comunicacional naquela que foi conhecida como a República Guarani. O percurso metodológico foi a leitura da versão portuguesa da obra de Clóvis Lugon (1968). Diante da comunicação como ciência não unificada a escolha recaiu sobre a perspectiva teórico-metodológica da comunicação como a ciência do comum de Sodr e e a comunicação enquanto processo de Santaella e N oth. Caminho tamb em j a trilhado por muitos estudos em Comunicação Comunit aria e Comunicação e Cidadania. As conclusões apontam para uma riqueza comunicacional nas reduções da República Guarani, que por um lado foi sua fortaleza, mas por outro lado, na medida em que foi saindo do seu controle, foi sua derrocada.

Palavras-chave

República Guarani; comunicação; comunicação como processo; comunicação como a ciência do comum; cidadania.

Trata-se de um texto que lança um olhar sobre a obra de Clóvis Lugon (1968) que oferece algumas perspectivas teórico-metodológicas para o estudo da comunicação e organizações comunit arias e por fim apresenta um olhar comunicacional das reduções jesuíticas que constituíram a República Guarani, a partir de três topologias: no interior das reduções; no espaço entre as reduções; e na relação das reduções com o mundo exterior.

Lugon e seu livro

Clovis Lugon é um jesuíta su o pesquisador da literatura existente na Europa sobre as reduções jesuíticas da América do Sul. Publicou o seu livro em francês *La République Communiste Chrétienne des Guaranis – 1610/1768* no ano de 1949, traduzido para o português por Alcy Cheu che, no ano de 1968, sob o título *A República Comunista Cristã dos Guaranis*. Antes de morrer, aos 72 anos realizou o seu grande sonho de “visitar os

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor titular e pesquisador na Universidade de Passo Fundo com doutorado pela Universidade do Vale dos Sinos de São Leopoldo – RS e Universidade Beira Interior de Covilhã – Portugal – oklein@upf.br.

lugares históricos” sobre os quais havia escrito. Segundo Cechim (2015), foi em outubro de 1979 quando ele chegou ao Rio Grande do Sul. Além de sua mala trazia em sua bagagem principal “a certeza de que o homem, algum dia, conseguirá construir uma sociedade justa, fraterna, sem opressão. Quando chegar esse dia, certamente os guaranis (...) serão reconhecidos como pioneiros do socialismo cristão”. Realizou o seu sonho de sentar diante dos remanescentes do povo guarani e fitá-los nos olhos, momento em que também matou a saudade daquela república construída com a participação dos seus irmãos de ordem religiosa “que haviam tomado como base as Comunidades primitivas dos cristãos, narradas nos Atos dos Apóstolos, e também na Utopia da Terra Sem Males, projeto histórico-cultural dos nativos” (CECHIN, 2015).

Na época das reduções muito foi escrito, pois a “República Guarani despertara em todos os países da Europa, quase desde o seu nascimento, um interesse apaixonado, que jamais se extinguiu por completo” (LUGON, 1968, p. 12). Esta vasta obra, principalmente aquela guardada nas bibliotecas jesuítas na Europa foram objeto de pesquisa de Lugon. Porém, a experiência realizada nestas plagas, ainda hoje desperta interesse da academia mundo afora. Segundo Cechin (2015), Bartolomeu Meliá “grande antropólogo, especialista em Povo Guarani, afirma que se produzem a cada ano, nas universidades do mundo, em torno de 15 a 20 teses de pós-graduação sobre a famosa República”.

Segundo Cechin (2015) Lugon narra a experiência jesuítica-guarani. “Em quatro partes, é abordada a história dos guarani antes da chegada dos jesuítas”; a situação e o aspecto das reduções “no que se refere à população, à organização política, às forças armadas e às relações com a Coroa Espanhola”; o trabalho agrícola, “onde predomina o tupãbaê (trabalho para Deus)”; e os ataques do mundo colonial, “os méritos dos jesuítas, o Tratado de limites e a guerra guaraníca onde avulta a figura do índio Sepé Tiaraju”. Segundo Cechin, o livro de Lugon, na época da edição em língua portuguesa, no Brasil virou obra rara e, por temor da ditadura imperante no Brasil, nunca foi reeditada.

Espaço e tempo nas Reduções Jesuíticas

Segundo a obra de Lugon (1968), os espanhóis fizeram guerra contra os indígenas guaranis do Paraguai desde 1516, antes da vinda dos jesuítas, ocupando suas terras e fundando cidades. “Em 1590 (...), cinquenta ‘cidades’ e praças fortes tinham sido fundadas” (1968, p. 21). O projeto dos espanhóis era a submissão dos guaranis impingindo-lhes a

escravidão. Os que não se submetiam a escravidão eram mortos e os escravizados morriam também. Aliás, foi assim o tempo todo. Hernandez (apud LUGON, 1968, p. 22) diz “que em duzentos e cinquenta anos, ou seja, até 1797, a população indígena do Paraguai desceu de um milhão a oito mil e duzentos”.

Os guaranis, segundo o autor, ocupavam o Paraguai “e toda a área compreendida entre os confins do Equador e o Rio da Prata, quase todo o Brasil, onde foi dizimada pelos portugueses, e ainda o Uruguai e as províncias de Corrientes e Entre-Rios, na Argentina” (1968, p. 22). Lugon chama a atenção que a palavra Paraguai designava no século XVI “toda a bacia dos três grandes rios que convergem para o Prata, até aos Andes, do Chile ao Peru, bastante para o interior da Bolívia, do Brasil e do Uruguai, e mesmo dos Pampas ao sul de Buenos Aires, até aos confins da ‘Terra de Magalhães’” (1968, p. 22).

Como eram os guaranis anteriores ao contato espanhol? Lugon (1968) destaca em primeiro lugar a “organização social em pequenas tribos sob o comando de um cacique”. O segundo destaque era o mesmo idioma utilizado por eles em uma região maior que a Europa, mesmo sem muito contato entre eles. Segundo Lugon (1968, p. 25-26), escreveu o sacerdote francês, Padre Chomé: “asseguro-vos que após ter penetrado um pouco no caráter dessa língua, fiquei surpreendido por nela descobrir tal majestade e tal força (...). Jamais teria pensado que se falava, no meio da floresta virgem, uma língua que, em meu entender, não é suplantada por nenhuma língua europeia em finura e em harmonia”. Porém, a partir da invasão da cultura europeia na região dos guaranis, ela colocou-se superior e passou a dominar e escravizar os indígenas,

Os jesuítas europeus chegaram a Salta, no atual território argentino, e de lá três deles, em 1588, deslocaram-se para Assunção a convite do bispo dominicano. Nos primeiros anos ocuparam-se em organizar “colégios para os filhos dos conquistadores, seminários e casas de retiro. Empreenderam também missões ambulantes no interior do país” (1968, p. 28). Nestas incursões encontraram muitos indígenas “ainda livres” passando a catequizá-los. Este trabalho fê-los logo perceber das injustiças praticadas pelos conquistadores para com os indígenas. E fê-los tomar posição na defesa dos guaranis. Davam assim início aos conflitos dos jesuítas com os espanhóis. Diz Lugon “verificando que era decididamente muito difícil pregar um Deus de bondade aos infelizes reduzidos pelos ‘cristãos’ à mais dura escravidão”. O resultado foi que os espanhóis deixaram os jesuítas sem os víveres e as esmolas e a igreja ficou deserta e os índios não tinham mais autorização para se aproximarem dela (1968, p. 29). Apesar da reclamação dos

governadores o rei da Espanha defendia a posição dos jesuítas dizendo “mesmo que possuíssemos as forças necessárias, os índios (...) só devem ser submetidos aos ensinamentos do Evangelho” (1968, p. 30). Isso levou a publicação de um edito da coroa espanhola em 1601, que anunciara “a firme intenção do rei de suprimir todo e qualquer serviço pessoal”, leia-se escravidão.

A partir disso dois dos jesuítas que haviam chegado anos antes em Assunção estabeleceram-se, em 1610, entre os guaranis e logo “propagou-se o boato de que os índios que eles convertessem seriam subtraídos ao engajamento, por privilégio do rei” (1968, p. 32). Diante disso falou Maceta, um dos padres jesuítas:

não pretendemos opormo-nos ao lucro que vós possais fazer com os índios por vias legítimas, mas ficai sabendo que a intenção do rei jamais foi que os considerásseis como escravos e que a lei de Deus vo-lo proíbe. Quanto aos que estamos encarregados de conquistar para Jesus Cristo, e sobre o quais não tendes direito algum, pois que jamais foram submetidos pela força das armas, vamos trabalhar para deles fazermos homens e, em seguida cristãos (LUGON, 1968, p. 32).

Foi neste clima que surgiu o primeiro núcleo da redução de N. S. do Loreto, na região de Guaíra, no ano de 1610. Logo esta redução ficou superpovoada, o que fez organizar a segunda que passou a ser denominada de Santo Inácio-Mini. Em seguida outras duas surgiram e assim foi sendo constituído o conjunto das reduções jesuíticas ou a República Guarani. No início, segundo Montoya, escritor espanhol, em livro impresso em Madri, muitos indígenas acorriam as reduções “pela esperança de não ser mais inquietada pelos espanhóis e pelos portugueses do Brasil, e de ficar em melhor situação para se defenderem de seus antigos inimigos” (LUGON, 1968, p. 36). Essa afluência indígena aumentou ainda mais os boatos e as dificuldades dos jesuítas nas reduções.

Após alguns anos de existência, o exemplo das reduções pacíficas e livres exerceu um atrativo cada vez mais forte sobre as populações errantes, perseguidas, sempre ameaçadas de escravidão espanhola. Os caciques convertidos partiam em embaixada oficial junto de seus antigos camaradas, e centenas de famílias aderiam em bloco à nova organização. Tribos pagãs solicitaram mais de uma vez aos missionários que as introduzissem na vida da redução. Nesse caso, uma comunidade emigrava para dar um sólido núcleo a uma nova fundação. Essa beneficiava-se das reservas alimentares e da mão-de-obra mais qualificada da redução-mãe (LUGON, 1968, p. 39).

Um conjunto de fatores favoreceu o florescimento rápido das reduções na região de Guaíra. Algumas cifras apontam para aproximadamente cem mil pessoas que reunidas constituíam povoados que “podiam já figurar ao lado das melhores cidades espanholas do Paraguai (CHARLEVOIX apud LUGON, 1968, p. 56).

As reduções de Guaíra foram organizadas para poder ficar mais longe do perigo dos espanhóis, porém “não tardaram a perceber que, afastando-se de um inimigo, tinham-se aproximado de outro, que ainda não era conhecido e cuja vizinhança em breve se revelou funesta” (LUGON, 1968, p. 46). Essa referência é feita em relação aos habitantes (mamelucos) de São Paulo de Piratininga, atual capital do Estado de São Paulo no Brasil.

Porém, “desde 1618, os mamelucos tinham aniquilado, no mínimo, trinta reduções, ou seja, quatorze reduções no Guaíra, uma dúzia na região de Tape, três ou quatro no Itatin, e duas nas margens do Uruguai” (LUGON, 1968, p. 63). Conforme declaração do governador do Rio da Prata “Verifiquei que entre 1628 e 1630 os habitantes de São Paulo arrebataram mais de sessenta mil almas das reduções, tanto nesta província como na do Paraguai” (1968, p. 63). O autor ainda traz a informação dizendo de que um “relatório do Vice-Rei, Conde de Chinchón, fala em 1632 de mais de duzentos mil índios, guaranis e outros, capturados ou exterminados nessas paragens”. Segundo o autor foi a “a cumplicidade diabólica e a perversidade das autoridades espanholas” (1968, p. 65) que, impediram os guaranis de se armarem, permitindo assim aos portugueses devastarem e despovoarem, contra o interesse da Espanha, as vastas e ricas províncias do Guaíra e de Tape.

Após muitas perdas, por morte ou escravidão e mais de trinta reduções aniquiladas e algumas negociações infrutíferas, ocorre a grande migração para o sul, no ano de 1631. Duas mil e quinhentas famílias partiram de Guaíra, pois era necessário “salvar os fugitivos das reduções destruídas e os habitantes de N. S. do Loreto e Santo Inácio-Mini, as duas únicas fundações que se conservavam de pé na região” (LUGON, 1968, p. 56).

Junto com isso veio a decisão de armar os indígenas para a defesa. Como resultado disso, os guaranis conseguiram rechaçar os paulistas na famosa batalha de Mbororé. “Desde esse momento e durante mais de cem anos, a República Guarani não foi mais inquietada seriamente pelos paulistas” (LUGON, 1968, p. 62) e desde então as reduções entram numa fase das “mais florescentes que nunca”. “Nenhuma outra região da América conheceu na época uma prosperidade tão geral, nem um desenvolvimento econômico tão equilibrado e saudável” (1968, p. 131).

Segundo Lugon (1968, p. 182), uma das marcas da República Guarani foi o regime de propriedade comum das terras. “Comprar, vender, alugar ou legar a mais modesta porção de terra, utilizar o trabalho de outrem para benefício e lucro próprio, transformar o solo em instrumento de dominação ou de exploração do homem pelo homem”, tudo isto se manteve desconhecido entre os guaranis. Segundo Bourgues (apud LUGON, 1968, p. 185) foi assim que “se encontrou um meio de banir a indigência dessa cristandade; aí não se vêem pobres, nem mendigos, e todos se beneficiam de uma abundância igual das coisas necessárias”.

Um relato sobre a sociedade guarani, no auge do seu desenvolvimento, ou seja, às vésperas da eclosão da guerra guaraníca, que levou a república à destruição, foi feito pelo filósofo Raynal (apud LUGON, 1968, p. 335) que dizia o seguinte:

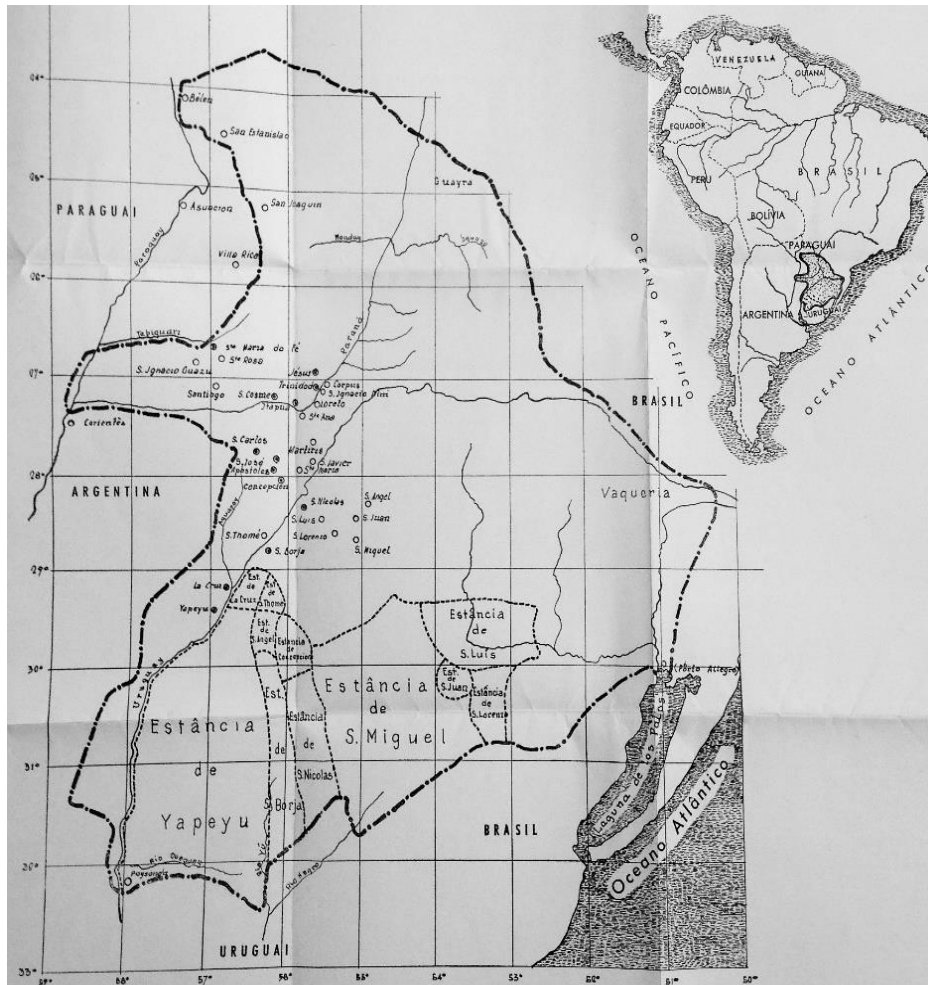
Um governo em que ninguém está ocioso, em que ninguém está sujeito ao excesso de trabalho, em que o alimento é tão abundante, igual para todos os cidadãos, que são comodamente alojados e comodamente vestidos; em que os velhos, as viúvas, os órfãos, os doentes, tem socorros desconhecidos no resto da Terra, em que toda a gente se casa por escolha, sem interesse, em que a multidão de crianças é uma consolação, sem poder ser um encargo; em que ninguém excita as paixões artificiais, nem contraria as paixões reguladas pela natureza e a razão, onde se desfruta das vantagens do comércio, sem se estar exposto ao contágio dos vícios do luxo; onde os armazéns abundantes, os socorros gratuitos entre as nações confederadas pela fraternidade de uma só religião, são um recurso assegurado contra a penúria; onde a vingança pública jamais esteve na triste necessidade de condenar um único criminoso à morte.... Aí está o suave império da opinião, talvez o único que é permitido aos homens exercerem sobre os homens, porque torna felizes os povos que se lhe entregam. Tal é, sem dúvida, o dos jesuítas no Paraguai, pois que nações inteiras se incorporaram voluntariamente ao seu governo e não se viu uma só das populações sacudir esse jugo. Ninguém ousaria dizer que um total de cinquenta jesuítas puderam forçar à escravidão duzentos mil índios que podiam massacrar seus pastores ou desertarem.

Alguns anos antes da destruição da República Guarani Charlevoix (apud LUGON, 1968, p. 281) disse que “o ódio inveterado que reina contra estes padres, nestas províncias, não tem outro motivo senão o fato de não terem podido destruir e arruinar a suas reduções”.

Neste período de paz e de prosperidade da República Guarani, segundo Lugon, (1968, p. 69-70) existiam as seguintes reduções (cf. Figura 1):

Em Entre-Rios, território pertencente hoje à Argentina, encontravam-se, indo de oeste para sudoeste, quinze reduções das quais cinco se situavam na margem esquerda do Paraná: Corpus, Santo Inácio-Mini, Loreto, Santana, Candelária; e dez que se aproximavam mais ou menos da margem direita do Uruguai: Mártires (os jesuítas martirizados no Japão), San-Javier (Xavier), Santa Maria, São Carlos, São José, Apóstolos, Concepción, São Tomé, La Cruz e Yapeyu ou Los Reyes, a Capital. Oito reduções encontravam-se na margem direita do paraná, no atual Paraguai: Itapuã (Encarnación), Trinidad, Jesus, São Cosme, Santiago, Santa Rosa, Santa Maria de la Fé e Santo Inácio-Guaçu.

Figura 1 – Mapa da República Guarani



(LUGON, 1968)

O autor também refere (1968, p. 70) a existência, na margem esquerda do Uruguai, no Brasil, Estado do Rio Grande do Sul as reduções conhecidas por nós, como sendo dos “Sete Povos”: São João, São Nicolau, São Luís, São Lourenço, São Miguel, São Borja e Santo Ângelo, esta última fundada em 1707. No século XVIII, mais tarde, a República

ganhará mais outras três reduções fundadas ao norte, na região de Tarumá. São elas: São Joaquim, Santo Estanislau e Belém”.

Assim, “a República Guarani ia de 32° ao 24°, cobria um comprimento de 650 quilômetros de sul a norte e cerca de 600 quilômetros de este a oeste”.

Metodologia

O que se pretende com este texto é reunir e organizar as informações sobre a comunicação na República Guarani ao sul da América do Sul. Muito já foi publicado sobre as reduções jesuíticas, porém, não foram localizados estudos sobre a comunicação. Na obra de Clovis Lugon, a comunicação aparece nas entrelinhas do seu texto ao tratar das dimensões consideradas importantes na descrição do que foi a República dos Guaranis.

Para isso considera-se a falta de consenso em torno do campo da comunicação, enquanto uma ciência nova que está em busca de uma melhor delimitação do seu objeto de estudo. Neste sentido, busca-se a partir de algumas perspectivas teórico-metodológicas reunir e pensar a comunicação em um tempo e uma sociedade, onde a comunicação ainda não era cogitada como ciência e nem existiam os modernos meios de comunicação de massa, também conhecidos como mídias, ou indústrias da informação e do entretenimento.

O autor, em muitas partes de sua obra destaca a organização social das reduções em particular (cf. Figura 2) e também da República Guarani, como um todo (cf. Figura 1) antes mesmo de outras dimensões presentes nesta sociedade, tais como a religião, a cultura, a educação, a economia, a defesa, etc. E quando considera estas dimensões as vislumbra sempre antes sob o prisma da organização. A comunicação, porém, não aparece de forma explícita como sendo uma dimensão da organização social. Por um lado, porque não se tratava de uma temática importante para os autores que serviram de fonte para o autor, até porque a comunicação ainda não era considerada uma ciência autônoma, mas apenas uma temática dentro de outras ciências e tampouco haviam instrumentos ou meios de comunicação, como os considerados na atualidade.

A primeira perspectiva teórico-metodológica considerada para lançar um olhar comunicacional sobre as reduções é proposta por Muniz Sodré. Ele argumenta que há uma relação profunda entre organização social e comunicação dizendo que “a comunicação que torna possível a organização social, mas, ao mesmo tempo, o fazer comunicativo é possibilitado por um nível de organização” (SODRÉ, 2014, p. 266), pode-se concluir de que a comunicação esteve muito presente na República Guarani. Segundo esta proposição a

comunicação é vista no sentido primeiro, que significa “agir comum” ou “deixar agir o comum”. Para Sodré (2014, p. 9) a comunicação consiste em “vincular, relacionar, concatenar, organizar ou deixar-se organizar pela dimensão constituinte, intensiva e pré-subjetiva do ordenamento simbólico do mundo”. Somente mais tarde, conforme a corrente funcionalista norte-americana a comunicação passou a ser vista prioritariamente como “transmissão de mensagens ou de informações” (2014, p. 10). Diz Sodré, que embora a comunicação não tenha nada a ver com transmissão de informações, foi este o significado que passou a dominar os dicionários ocidentais.

A definição de Sodré para a ciência da comunicação é a “ciência do comum” e não a ciência da mídia ou dos efeitos dela, que “é apenas uma pequena parte da questão, embora gire ao seu redor a quase totalidade dos estudos correntes de comunicação” (2014, p. 21). Há ainda um outro problema nesta visão da comunicação enquanto mídia e seus efeitos, que é a financeirização da transmissão das informações por meio dela. Assim, “capitalismo financeiro e comunicação constituem hoje, no mundo globalizado, um par indissolúvel. O capitalismo contemporâneo é ao mesmo tempo financeiro e midiático: financeirização e mídia são as duas faces de uma moeda chamada sociedade avançada (...)” (2014, p. 55).

Outra contribuição teórico-metodológica vem de Santaella e Nöth (2004). Eles trazem um olhar sobre as diferentes visões dos estudos comunicacionais no Brasil. Para a definição do que seja a comunicação iniciam dizendo que ela “nunca foi e está longe de ser um campo unificado” (2004, p. 33). Há pelo menos 160 definições desse conceito (MERTEN apud SANTAELLA; NÖTH, 2004, p. 32-33) e há um crescimento de teorias e métodos que faz com que o “conflito de concepções e abordagens tornaram-se regra”. Segundo os autores, os estudos comunicacionais podem ser reunidos em três diferentes visões: a visão que abrange “os processos de comunicação”; aquela que “identifica comunicação com as teorias dos meios de comunicação e (...) das mídias em geral”; e aquela que “considera a comunicação como parte da realidade sócio-histórica humana” (2004, p. 36).

O que interessa para este estudo não é a comunicação midiática, conforme a segunda visão, mas sim aquela que se dá enquanto processo, visto na perspectiva da relação, da troca e da interação humanas, mas também da comunicação “sob a égide da teoria social”, onde a comunicação aparece exclusivamente como comunicação humana (2004, p. 62).

A comunicação enquanto processo, conforme os autores, reúne ainda, estudos voltados para além do humano, incluindo máquinas, biologia, sistemas, etc. que não

interessam para o presente estudo. E a comunicação como parte da realidade sócio-histórica e humana encontra sua definição em Rüdiger, em que ele reserva o termo comunicação “à interação humana, à troca de mensagens entre os seres humanos”, isto porque “a comunicação representa um processo social primário” (2014, p. 62).

A comunicação na obra de Lugon

Para falar em comunicação nas reduções jesuíticas é preciso recordar a máxima da comunicação conforme a teoria de Watzlawick (2007) que diz ser “impossível não se comunicar”. Com isso vislumbra-se a comunicação em todo o processo social que ocorreu nas reduções. Porém, para efeitos deste texto, trata-se dos aspectos mais evidentes de comunicação na obra de Lugon (1968) e para isso fala-se dela em três diferentes topologias: no espaço das relações ocorridas no interior de cada uma das reduções; no espaço de vizinhança entre as reduções; e no espaço das relações exteriores à República Guarani, onde se encontram principalmente os contatos comerciais, aqueles realizados com as autoridades coloniais, bem como, aquelas que ocorriam com a coroa espanhola.

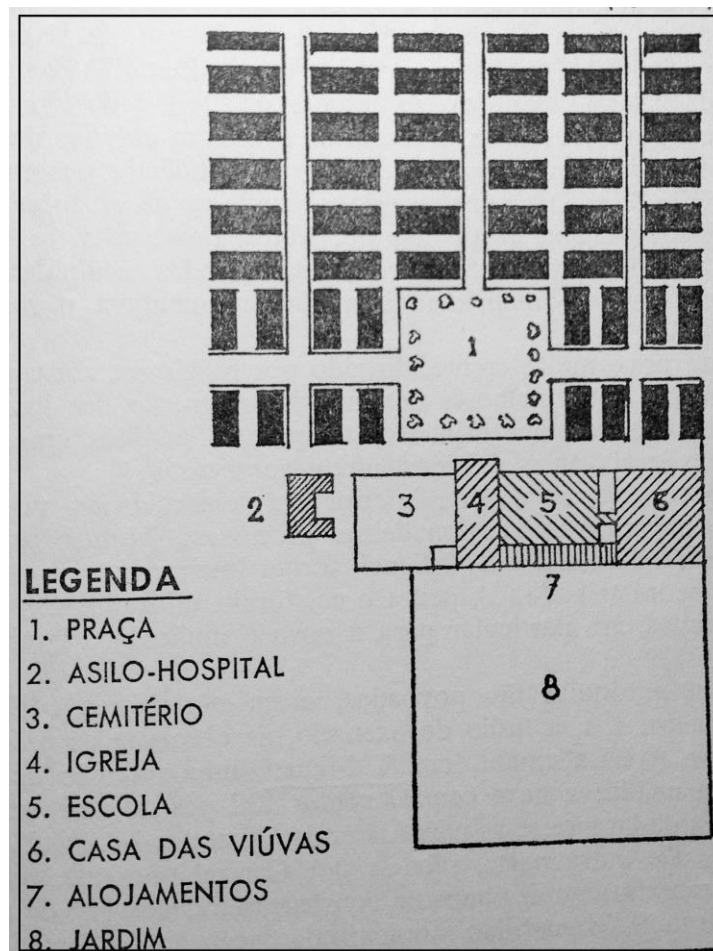
A comunicação era muito importante para a vida dos guaranis que em tão grande número de reduções constituíam a sua república. República esta que segundo Lugon (1968, p. 106) “possuía uma constituição original, suas próprias leis civis e penais, suas próprias autoridades, juízes, orçamento, exército, política e chefes militares próprios”. Além disso tinha suas fronteiras delimitadas e guarnecidas e uma economia superior em autonomia do que “todos os outros Estados do mundo”. Neste contexto, a comunicação passou a ser de fato uma de suas fortalezas.

A comunicação no interior das reduções

A comunicação no interior das reduções era muito mais que a utilização de instrumentos ou meios de comunicação. Ela se dava em processo no dia-a-dia através da organização social, de tudo que girava em torno da organização social, do trabalho, da vida em comunidade e família, catequese, da liturgia, da escola, do teatro, da música, do uso do idioma guarani em detrimento do espanhol, do modelo de construção e distribuição dos espaços (praças, ruas, igrejas, escolas, casas, varandas...), etc.

Alguns destaques comunicacionais, na obra de Lugon, podem ser evidenciados nos processos organizacionais em torno de algumas práticas nas reduções.

Figura 1 – Planta de uma redução



Lugon (1968)

Um dos destaques na comunicação era a distribuição espacial nas reduções. O autor descreve detalhadamente os espaços dentro das reduções (cf. figura 2) com destaque para as praças, ruas, as varandas, e os espaços de uso comum, tais como asilos-hospitais, os cemitérios, as igrejas, as escolas, as casas das viúvas, os alojamentos e os jardins (LUGON, 1968, p, 71-75).

No interior das reduções os livros ocupavam um lugar de destaque. Eram diversas as práticas que envolviam o livro e a literatura. O autor refere os livros de contabilidade onde os indígenas controlavam as entradas e saídas de produtos das reduções. Refere também a prática dos copistas dizendo que “os guaranis forneceram copistas dignos dos monges da Idade Medieval. Livros inteiros, em guarani, em espanhol e latim, foram copiados a mão, em caligrafia gótica ou em caracteres de imprensa, com um esmero perfeito” (LUGON, 1968, p. 214). Outras práticas, tais como a tradução de livros, a escrita ou adaptação de livros para a catequese, liturgia, música e a escola estavam presentes nas reduções. O livro

também foi importante para os êxitos da ciência agrícola e das adaptações europeias que foram anotados, cuidadosamente classificados e conservados em livros. “Missionários salesianos reencontraram em 1895, em Assunção, um almanaque de 1765 contendo uma imensidade de conselhos preciosos para as culturas” (LUGON, 1968, p. 123).

Outro destaque é dado ao teatro e a música. Diz o autor que “pelo teatro, como pela música, os jesuítas souberam não só recrear os seus neófitos, mas também fazê-los ingressar nas verdadeiras alegrias do espírito e dar-lhes acesso a certo nível de cultura cristã e humana” (1968, p. 210). No tempo da chegada do Padre Sepp “contavam-se três mil músicos no conjunto das reduções”. Os mestres de canto e música eram todos guaranis, assim como os mestres e mestras escolares. Segundo o autor as canções eram largamente utilizadas para ensinar, isso em grande parte pelo apreço que os guaranis tinham pela música.

O idioma guarani é destaque em diversos escritos consultados por Lugon e recebe da parte dele também um importante lugar na sua obra. Segundo Montoya (apud LUGON, 1968, p. 213) o idioma guarani “poderia suportar a comparação com as mais ricas línguas europeias, tanto pela harmonia das palavras como pela exatidão das expressões”. O idioma espanhol não era ensinado nas escolas, mas um certo número de indígenas “compreendia perfeitamente o espanhol chegando a fazer trabalhos de tradução para os padres. Um deles traduziu de sua própria iniciativa, por zelo pessoal, vários livros de devoção” (LUGON, 1968, p. 214).

Para Lugon (1968, p. 213) “os guaranis manifestavam uma verdadeira paixão pela arte da palavra e da expressão. Viu-se que até as mulheres pronunciavam discursos. A escola desenvolvia, metodicamente, o gosto e os dotes das crianças para a composição, a declamação, o canto e o teatro”. Os meios de transporte, tais como o barco, as carroças, os cavalos e as mulas eram todos bens coletivos e podem ser considerados importantes instrumentos de comunicação em cada uma das reduções.

A comunicação entre as reduções no interior da República Guarani

A comunicação entre as reduções era favorecida pela sua distribuição geográfica estratégica. Em geral distavam umas das outras entre sete e oito léguas, o que facilitava a abertura de caminhos e a utilização dos rios para os contatos. Lugon fala da importância de algumas reduções, como é o caso das últimas reduções fundadas, ao norte, na República

Guarani para poder haver o contato com “a república irmã de Chiquitos, no Peru” (1968, p. 70).

A comunicação também acontecia permanentemente por meio do intercâmbio de pessoas e de mercadorias para o abastecimento das reduções, bem como para a defesa da república. As leis para o funcionamento da sociedade guarani eram comuns e formuladas a partir das experiências bem sucedidas nas dimensões da vida nas reduções e comunicadas na visita do Superior Geral da República (um jesuíta – 3 anos de mandato) com uma visita anual em cada uma das reduções; o idioma comum facilitava enormemente o contato entre todas as reduções (LUGON, 1968, p. 276).

A comunicação externa da República Guarani

No âmbito externo, as reduções tinham contato com a coroa espanhola na Europa, com os estados coloniais espanhóis e portugueses na região e com os mercados de erva-mate e outros produtos das reduções, principalmente em Santa Fé e Buenos Aires na Argentina.

Essa comunicação não era muito efetiva e as vezes era evitada pelos jesuítas. Foi por meio desta comunicação que a República Guarani teve a maior parte dos seus dissabores: a cobrança de impostos pelos estados coloniais; as comendas pela coroa; a obrigatoriedade da participação em conflitos a mando do império para a defesa de suas colônias; proibição da venda de seus produtos nos mercados coloniais; as restrições em relação a sua autonomia e liberdade definidos pelo tratado de 1750 que definia os novos limites entre as colônias e Portugal e Espanha; e a expulsão dos jesuítas em decorrência da desobediência dos indígenas.

Considerações finais

O campo científico da comunicação de vertente latino-americana ainda deve um estudo aprofundado sobre as práticas e os processos comunicacionais engendrados pelos guaranis sob a tutela dos jesuítas.

A experiência exitosa da República Guarani, por aproximadamente 150 anos se deveu em grande medida pelas estratégias de sua organização sociocultural, política e religiosa permeada por muita comunicação. O presente estudo, mais do que outra coisa busca chamar a atenção para esta realidade no interior da República Guarani. São muitas as possibilidades de olhares para esta comunicação, especialmente aqueles estudos que se

voltam para a comunicação comunitária e cidadã, onde são importantes aspectos de organização e participação social dos sujeitos que construíram essa sociedade modelo no século XVII e XVIII, na América do Sul. Um olhar para a comunicação nas reduções será necessariamente uma mirada a partir da compreensão de que a comunicação é a “ciência do comum”, que se volta para os humanos em sociedade e as suas relações, interações e principalmente sua organização em todas as dimensões de sua vida.

Enquanto a ciência da comunicação busca estabelecer acordos sobre os seus objetos de estudo, encontra neste contexto uma vasta rede social e humana onde ocorreram os processos dialógicos, em grande parte, responsáveis pelo aperfeiçoamento de suas instituições, mas também como sustentáculo de sua organização nos momentos de dificuldades. Foi por meio da comunicação no interior das reduções e por meio da comunicação entre elas que se constituiu essa fortaleza cultural, social, religiosa, política e no fim também militar, que foi a República Guarani, mas foi por meio da comunicação com o mundo colonial e imperial que ruiu esta experiência exitosa denominada por Lugon (1968) de *República Comunista Cristã dos Guaranis*.

Referências

- CECHIN, Antonio. **A República Guarani de Clovis Lugon**. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3281&secao=332. Acessado em: 06 de julho de 2015.
- LUGON, Clovis. **A República Comunista Cristã dos Guaranis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- SANTAELLA, Lúcia; NÖTH, Winfried. **Comunicação & Semiótica**. São Paulo: Hacker Editores, 2004. p. 31-67.
- SODRÉ, Muniz. **A Ciência do Comum** – Notas para o Método Comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.
- WATZLAVICK, P; BEAVIN, J. H; JACKSON, D.D. **Pragmática da comunicação humana**: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação. São Paulo: Cultrix, 2007.